

## O caso do Orfanato São José. Órfãos – Reflexões sobre a construção da Identidade

Suzana Rodrigues Floresta □

### INTRODUÇÃO

De acordo com o dicionário de Língua Portuguesa o conceito de órfão é aquele que perdeu os pais ou um deles. Desamparado, desvalido; privado; que perdeu um protetor ou uma pessoa muito cara. Roberto da Silva (2012) diz que o Código de Menores de 1927, organizou um sistema dual no atendimento à criança, atuando especificamente sobre os chamados efeitos da ausência, que atribui ao Estado a tutela sobre o órfão, o abandonado e os pais presumidos como ausentes, tornando disponíveis os seus direitos de pátrio poder. No Brasil, historicamente, o gerenciamento e a implantação de políticas públicas de atendimento às crianças e adolescentes em situação de abandono, criminalidade ou de rua vem sofrendo transformações. Saíram, gradativamente, do domínio da Igreja, passando por profissionais filantropos, até ser de responsabilidade do Estado, da sociedade civil e da comunidade, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069, de 13.07.1990 (ECA). Contudo, este processo não pode ser visto de forma linear e contínua.

Independente da política pública e das leis aplicadas ao longo das décadas, assim como também o uso dos conceitos alguns fatos sobre a questão da orfandade são intrínsecos, constantes. Um deles é a busca pelo órfão de sua identidade. Quem eu sou? De onde vim? Por que estou aqui? As identificações são processos inconscientes, o que torna difícil a sua abordagem, bem como o seu entrelaçamento ao processo identitário neste duplo processo.

Segundo Scott (1999) o que é relevante é a análise da produção desse conhecimento.

---

□ Mestranda em História pela PUC, professora da UEG/Unu Iporá. E-mail: [suzanafloresta@hotmail.com](mailto:suzanafloresta@hotmail.com)

(...)o conceito de experiência é, nessa abordagem, não a origem de nossa explicação, mas aquilo que queremos explicar. Esse tipo de abordagem não desvaloriza a política ao negar a existência de sujeitos; ao invés, interroga os processos pelos quais sujeitos são criados, e, ao fazê-lo, reconfigura a história e o papel do/a historiador/a, e abre novos caminhos para se pensar a mudança. (SCOTT, 1999, p.48)

A problemática desta pesquisa incita-nos a buscar compreender as práticas institucionais, as regras disciplinares, o cotidiano da instituição, a representação de como uma órfã egressa junto ao Orfanato São José da cidade de Goiás retrata a memória e as lembranças de criança tendo como foco a exclusão social e confinamento. Muitas inquietações emergiram sobre a questão da saúde; o ambiente físico institucional, social, moral e religioso; quanto ao desenvolvimento social, afetivo, intelectual e moral e a tratativa às questões interpessoais das assistidas. Como resgatar o passado institucional, ouvindo as histórias de vida, com suas representações, olhares sobre o percurso, marcas, sonhos, humilhações, padronização? Como o espaço físico possibilitava a socialização numa instituição total? Como interagiam as atividades padronizadas, hábitos cotidianos e as regras da instituição.

A problemática é muito ampla e, considerando os limites desta pesquisa direcionaremos nossa atenção para seus exponenciais, ou seja, as questões de identidade cultural sem perder de vista todos os demais.

A análise ora apresentada circunscreve-se a obras bibliográficas e, em especial, a diversas fontes primárias coletadas junto ao Orfanato São José tais como estatuto, ata das reuniões, documentos, normas de convivência e regras de condutas, jornais, fotografias, cadernos de egressos, etc. Contudo ao se analisar este material o historiador deve ter em mente reflexões sobre suas limitações, pois de acordo como Hobsbawm (2000, p. 291): “Naturalmente é verdade que a inseparabilidade da historiografia em relação à ideologia e política corrente – toda história, como dizia Croce, é historia contemporânea – abre as portas para o mau uso da historia”.

## **IDENTIDADE, IDENTITÁRIA E MEMÓRIA**

A “identidade” pode ser entendida como um momento particular da “identificação”, que ocorre, para preencher determinadas necessidades da pessoa na sua relação com o mundo.

Assim, em vez de falar em identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar em identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros [grifos do autor]. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a ‘identidade’ e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado de plenitude (HALL, 2001, p. 39).

De acordo com Diehl (2002),

Para a história, não são as memórias e identidades os pontos centrais, mas as suas respectivas representações nas experiências e expectativas de vida. São exatamente essas representações os elementos da compensação do déficit de critérios iluministas no mundo cultural, cujo processo de memorização é trazido na ressubjetivação e repoetização de sentidos culturais do passado (DIEHL, 2002, p. 144)

Esse último elemento da memória segundo o autor - a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostram que a memória é um fenômeno construído. Quando se fala em construção, em nível individual, se quer dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização.

Assim, se pode dizer que em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada; se pode também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria,

para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAC, 1992, p. 4-5)

Diehl (2002) salienta que é imprescindível para o fazer historiográfico diferenciar memórias de lembranças. “Lembranças são localizadas no passado de forma estática, são elementos intransparentes, individuais e que perdem gradativamente seus pontos de referência no tênue horizonte entre o passado e o presente” (DIEHL, 2002, p. 146) Essa, na perspectiva da disciplina histórica, é composta por um amontoado de restos, vestígios, imagens desfocadas, de um passado desconexo com um contexto mais amplo

Segundo Rachel Soihet (1997) as dificuldades que o historiador encontra ao pesquisar sobre a história das mulheres e do gênero, perpassa mais sobre a fragmentação do que propriamente a ausência feminina nos documentos e fontes escritas. O campo da história sobre a história das mulheres revela a potencialidade das fontes documentais ditas oficiais, valorizando-as, sendo necessário reavaliar os documentos convencionais dando visibilidade as mulheres como agentes sociais atuantes. A análise das fontes documentais serve como ponto de partida para tecer considerações a cerca de como esta memória foi construída, dando-lhes assim visibilidade.

## **O ESPAÇO COMO ELEMENTO DE FORMAÇÃO IDENTITÁRIA**

O conceito de *habitus*, entendido por Bourdieu (1998), enquanto social incorporado e por isso particularizado, possibilita a justaposição entre indivíduo e sociedade; estrutura-se por meio dos processos de socialização, considerando-se, desse modo, o espaço social e as práticas individuais. Bourdieu (1998) considera que as propriedades são relacionais, isto é, existem em relação umas às outras. Assim, as definições são alcançadas pelas relações que se estabelecem no campo social e não pelas propriedades consideradas em si mesmas. Desta forma, propôs-se construir o que está circunscrito em um determinado momento histórico, em um determinado espaço social (realidade empírica historicamente datada e situada), constituído por agentes distribuídos em função de sua posição nesse mesmo espaço, tendo-se em conta o capital econômico, cultural e simbólico.

A posição no espaço social (conceito relacional) determina as suas disposições *habitus* que produzem tomadas de posição (escolhas). Para Bourdieu (1998) esse espaço social é constituído por agentes ou grupos, nele distribuídos, a partir da diferenciação de capital seja ele de qualquer natureza. Assim se cria um campo de forças, no qual há lutas empreendidas pelos agentes, cada qual com seus meios e fins, de acordo com sua posição na estrutura do campo e objetivando sua conservação ou transformação. A análise do campo social objetiva o alcance do invariante, a estrutura, na variante observada, o que significa compreender estruturas e mecanismos de construção, reprodução e transformação do espaço social.

Arola (2000), Carvalho (2002) e Lordelo, Carvalho & Koller (2002) discutem o abrigo enquanto contexto de desenvolvimento da criança. Para eles, o abrigo pode ser reconhecido como contexto de desenvolvimento para a criança que se encontra institucionalizada, pois materializa as condições reais em que realiza o seu viver e desenvolve habilidades e competências decisivas para a formação de personalidade e sociabilidade próprias. No que se refere à criança institucionalizada, a interação com o meio em que está inserida, não apenas é possível, como deve, inclusive, ser estimulada, uma vez que o abrigo como contexto de desenvolvimento envolve um campo de relações que abre espaço para trocas sociais e afetivas.

Nessa perspectiva, a análise do abrigo, como contexto de desenvolvimento da criança institucionalizada, requer a identificação e a percepção da dinâmica de funcionamento de três sistemas distintos, mas interligados de maneira inexorável: o ambiente físico e social (estruturas, espaços, equipamentos, rotinas, dinâmicas), a psicologia dos educadores (crenças e valores dos cuidadores habituais, professores e técnicos) e suas práticas cotidianas (atitudes e padrões de comportamento).

Rizzini & Rizzini (2004) consideram que o abrigo representa uma medida de proteção à criança que experimenta situações cotidianas de grave risco à sua integridade física, psicológica e sexual. Nesse contexto, os autores entendem que o atendimento em abrigo precisa ser reconhecido efetivamente como uma medida de proteção especial à infância vulnerável ao abandono e à violência, ou seja, em situações nas quais há ameaça ou violação a qualquer um de seus direitos fundamentais. Portanto, por sua abrangência e complexidade, este modelo teórico poder ser visto como parte integrante da chamada Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, por

reunir um conjunto ações e serviços especialmente destinados à infância em contextos de privação material e emocional.

Pelo exposto, considera-se que o debate acerca das diferentes concepções de abrigo deve orientar a realização desta pesquisa preocupada em investigar em particular as características ambientais e a qualidade do cuidado infantil que possam ser reconhecidas como favoráveis a uma trajetória de desenvolvimento rico em possibilidades humanas, isto é, que enfatizem a dimensão protetiva dessa modalidade de atendimento à infância em situação de vulnerabilidade.

Contudo, nosso enfoque vai além das questões internas, institucionais e identitárias do abrigo em si. Considerando que a sociedade é formada por diversos atores sociais que atuam – ou atuaram – de diversas formas na solução de problemas relativos ao desenvolvimento das crianças e adolescentes, quando falamos de identidade cultural no âmbito desta pesquisa estamos nos referindo as configurações das territorialidades, pois nela está presente às interações entre os lugares destinados às crianças e adolescentes pelo mundo adulto e suas instituições e das territorialidades delas.

O desafio para o século XXI não é mais apenas resolver as condições do abrigo, Lopes & Vasconcellos (2005) afirmam que a *Geografia da Infância* é o campo de reflexão de todas essas dimensões, pois a “principal característica desse recorte é, exatamente, trazer a tona à impossibilidade de falar de infância sem identificar na produção desta o imbricamento com a questão da produção do espaço, dos lugares e territórios”. (LOPES & VASCONCELLOS, 2005, p.40)

Ao partir da perspectiva que os territórios de crianças e adolescentes são espaços de conflitos e embates de diferentes forças sociais que buscam coabitá-los para suas áreas de atuação, afirma-se que essas interações sofrem rupturas, modificações e novas aproximações na medida em que ocorrem novos re-arranjos no espaço-tempo das sociedades. É nessa perspectiva que se deve compreender como os territórios de crianças e adolescentes se configuraram – e se configuram – em tempos de uma nova organização. Quais as possibilidades e limites dos projetos de crianças e adolescentes elaborados pelos diferentes atores sociais que os produzem? Como as crianças e adolescentes percebem e vivem esses espaços? E, finalmente, como os espaços se constituem como um território de infância?

Partindo dessas idéias infere-se que toda criança nasce num certo momento histórico, num certo grupo cultural, num certo espaço, onde estabelece suas interações sociais e constrói sua identidade. Segundo Lopes & Vasconcellos (2005):

Toda criança é criança de um local; de forma correspondente, para cada criança do local existe também um lugar de criança, um lugar social designado pelo mundo adulto e que configura os limites da sua vivência; ao mesmo tempo toda criança é criança em alguns locais dentro do local, pois esse mesmo mundo adulto destina diferentes parcelas do espaço físico para a materialização de suas infâncias (LOPES & VASCONCELOS, 2005, p.39).

Teresa de Lauretis (1994) afirma que gênero é produto de diferentes tecnologias sociais (internet, rádio, televisão, cinema ou jornais) e discursos institucionais, e de diversas epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como práticas da vida cotidiana. A autora insiste que gênero não é propriedade dos corpos nem algo que existe *a priori* nos seres humanos, mas conjunto de efeitos produzidos nos corpos, comportamentos e relações sociais.

Pensar o espaço da cidade de Goiás, no início do século XX também é pensar uma sociedade com traços patriarcais muito marcantes. Cabe a pesquisa analisar e refletir sobre qual era o ideal de educação dado a estas meninas no Orfanato e como este refletia as construções sobre gênero deste período.

### A CAPTAÇÃO DO ESPAÇO INTRAINSTITUCIONAL

Conforme se verifica por meio da análise do testamento do Dr. José Netto de Campos Carneiro, o *Asylo para Orphãos*, mais tarde denominado Orfanato São José, deveria funcionar na cidade de Goiás na casa em que residia, situada a Rua da Pedra que deveria ser para esse fim adaptada, conservando-se as suas formas gerais. Contudo, sabe-se que o Orfanato São José acabou sendo construído em outro local, na Rua Joaquim Rodrigues, n°. 14 (Cf. Figura 1).

**Figura 1:** Vista parcial externa do Orfanato São José à época da construção (1923)



Fonte: Acervo do Lar São José.

O estilo arquitetônico do prédio que abrigava o Orfanato São José com seus ambientes internos, os pátios, o jardim, o pomar, os cenários, a rua nos dias de procissão, as freiras, as órfãs, enfim, as regras, os costumes, as tradições, as interações, as fotos, os anuários, como nos ensina Nora (1985) foram pontos de referência para construir a sua trajetória por meio de muitos olhares, de forma a inseri-lo na memória da coletividade.

De acordo com a Figura 2 a seguir, a primeira referência é a visão exterior do prédio do Orfanato, com uma pequena escadaria à entrada, estrutura sóbria e elegante construção, pés direitos altos contrastando com uma pequena mureta com grade na entrada, janelões de ferro, assemelhando-se aos conventos, mantendo a feição de um lar, pois o verbo “asilar” trazia a conotação de propiciar um lar à criança órfã desvalida. Afirma Michel Foucault (1999,p.122) em relação aos colégios e a disciplina: *O modelo de convento se impôs pouco a pouco; o internato aparece como o regime de educação senão o mais freqüente, pelo menos o mais perfeito* (FOUCAULT, 1999, p. 122). Ao lado do portão de entrada, foi construída uma pequena capela.

**Figura 2:** Vista parcial externa do Lar São José na cidade de Goiás, antes conhecido como Orfanato São José (2010)





Fonte: Arquivo dos Pesquisadores, 2010.

A captação desse espaço é imprescindível para a compreensão da problemática e reconstrução do Orfanato, vez que o espaço dispõe-se em planos abertos, como pátios e jardim e fechados como dormitórios e capela.

No espaço interno do Orfanato São José as órfãs brincavam à tarde e após o jantar (Cf. Figura 3). Pela teoria de Chartier (1990), as representações do mundo social são determinadas por interesses dos grupos que as geram, e o recreio da tarde era ideologizado.

**Figura 3:** Vista parcial interna do Orfanato São José (1934)



Fonte: Acervo do Lar São José.

Esse espaço de recreio estava sempre sob o olhar vigilante da freira, ou de alguma aluna que marcava as mal comportadas (Cf. Figura 4). Eram as “dedos-duros”, que pela delação possivelmente ganhavam benefícios das freiras e as marcadas com

cruzinhas eram expostas na missa, sem o símbolo do bom comportamento - *fita vermelha* - estratégia da violência simbólica de Bourdieu.

Nesse tipo de ambiente, com uma grande concentração de crianças, é muito comum elas contraírem piolhos e eczemas. Note-se que a forma usual de combater as lêndeas e piolhos era raspando a cabeça

A segregação aparece como a forma mais comum de se combater todos os problemas, variando desde questões relacionadas à saúde propriamente das órfãs até àquelas focadas especificamente na disciplina.

**Figura 4:** As órfãs e as freiras no pátio interno do Orfanato São José (1934)



Fonte: Acervo do Lar São José.

O cotidiano das meninas órfãs do Orfanato São José também era caracterizado por outras práticas disciplinares. Observa-se que elas recebiam castigos corporais, tinham responsabilidades na limpeza e eram disciplinadas e uniformizadas.

Conforme a violência simbólica de Bourdieu (1998), a *camisola de banho* era um signo que transmitia mensagens de recato e pudor, com o fim de moldar o comportamento da órfã, retraindo-lhe os instintos maléficos à moral cristã e aos bons costumes. Essa forma de inculcar dominação nem sempre era percebida pela órfã, até, pelo contrário, considerava natural e dava-lhe prazer

Para o asseio duas vezes por semana, apenas um sabonotinho, discretamente esfregado no corpo, sob a camisola, representava o impedimento de visualizar o corpo. Até para se enxugar e vestir-se, havia rituais reprimindo qualquer prazer em tocar ou vislumbrar o corpo.

Na hora de dormir, as órfãs iam para um amplo dormitório com 50 camas<sup>2</sup> e com armários individuais. Pela distribuição das camas no espaço (Cf. Figura 5) em relação a cela da freira em ponto que garantia a vigilância e o silêncio possibilitava-se o controle das órfãs. Elucida-nos Michel Foucault (1999, p. 123): *O dormitório é a imagem da morte, o dormitório é a imagem do sepulcro...* (FOUCAULT, 1999, p. 123).

**Figura 5:** Vista parcial interna do dormitório do Orfanato São José (1934)



Fonte: Acervo do Lar São José.

Ao analisar os depoimentos de duas egressas do Orfanato São José sobre o dormitório percebe-se que há algo em comum, a representação da companhia, de não dormirem sozinhas só que era separada por uma cortina branca. Mas o não dormir sozinha não representava aconchego, carinho, pois a cortina representava o isolamento, a separação, a não acessibilidade de buscar na freira *a mãe, um afago carinhoso, para aquecer os frios da órfã* na imensidão daquele dormitório.

Paradoxalmente, era uma presença, pois a freira lá estava. As representações de medo e humilhação sobre o “fazer xixi” e ter de carregar o colchão úmido nas costas ou caminhar com a cabeça embrulhada no lençol molhado atestam as relações de poder, segundo Bourdieu (1998), técnicas pedagógicas em que as freiras impunham

---

Mais tarde, conforme informações do Livro de Atas, sessão de 10 de março de 1965 (Cf. **Anexo 15** – Extrato de Ato do Orfanato São José, 10 de março de 1965, slide 56 e 57, p.111), o número de internas passou para 56.

penitências humilhantes para o controle esfinteriano, expondo as órfãs a situações vexatórias visando o autocontrole da função de micção.

De acordo com Françoise Dolto, a enurese é uma linguagem, terrível e até sádica, mas de uso corrente entre algumas instituições de assistência social à criança desvalida.

A enurese é sem dúvida uma linguagem. O xixi na cama é corrente nas crianças da ASE (Assistência Social à Infância). Há acolhimento que (...) seja por não levarem a sério o problema, seja por recorrerem a receitas que podem ser terríveis. Cito duas ou três que me parecem especialmente sádicas: fazem a criança dormir sem cobertor e no chão para que sinta frio quando urina, ou fazem um nó apertado em torno do pênis para impedi-la de urinar; ou ainda, obrigam a criança a usar o mesmo pijama e o mesmo lençol, para que o mau cheiro a incomode (DOLTO, 1998, p. 128).

O dormitório albergava múltiplas representações, indo de um extremo a outro. Por vezes representava a imensidão porque *o dormitório era enorme*; outras vezes, representava o local de penitência ao ter de *orar para as almas com os braços erguidos*.

A educação religiosa, as missas e as procissões tradicionais espiritualizavam o ambiente externo, fazendo a apologia das ideologias católicas, legitimando-as no sentido de expor publicamente um ritual santificador (CAPELATO, 1988). A figura 06 a seguir retrata as órfãs vestidas de branco, calçadas com sapatinhos pretos, cabelo bem cortado, penteado e coberto com um pequeno véu.

**Figura 06:** A missa na Capela do Orfanato São José (1934)



Fonte: Acervo do Lar São José.

Na figura 6, as órfãs vestidas de branco e com véu conotavam signo de inocência e pureza, relevante ao catolicismo. É possível perceber a presença de outras pessoas além das órfãs e das freiras. Existem algumas pessoas adultas sentadas e um grupo de jovens rapazes em pé no fundo da Capela do Orfanato São José. Neste momento, acontece o encontro de dois mundos: de um lado o mundo fechado e casto das órfãs e do outro o mundo da cidade. O encontro desses mundos é sempre marcado pelo ritual religioso.

Por meio da análise da figura 7 a seguir percebe-se que as meninas estão todas muito bem vestidas, calçadas com sapatos e meias três quartos, usando saias xadrez e camisas de manga longa – com exceção das duas meninas menores que vestem um vestido –, todas com cabelos penteados e usando boinas. As duas freiras que aparecem na fotografia demonstram um controle quase absoluto da situação. As crianças por sua vez, não parecem muito felizes com exceção de uma das meninas, a maior, que se encontra ao lado da freira a direita da fotografia.

**Figura 07:** O modelo ideal de educação do Orfanato São José (1934)



Fonte: Acervo do Lar São José.

Sabe-se o quanto é difícil organizar crianças, fazer com que fiquem quietas, limpas e comportadas. Por isso mesmo, é possível perceber o sentido da fotografia e o objetivo último deste modelo educacional e assistencial: passar a imagem de que a educação religiosa por meio do rígido controle e disciplina era um sucesso.

## COMENTÁRIOS E CONCLUSÕES

As crianças, ao apropriarem-se desses espaços e lugares, reconfiguram-nos, reconstroem-nos e, além disso, apropriam-se de outros, criando suas territorialidades, seus territórios usados. Mas, longe de parecer algo simples e estável, diferentes territórios podem se amalgamar, se sobrepôr, se cruzar, se diferenciar, revelando muitas vezes conflitos de diversos grupos sociais em suas espacialidades e, implicitamente, o destino esperado para seus diferentes sujeitos.

Acredita-se na possibilidade das atividades despertarem, nas crianças e jovens em situação de abandono, de rua e conflito com a lei, uma atuação social consciente, sensível, responsável e crítica, ao formar uma identidade cultural vinculada ao território que se vive. Nesse contexto, as suas práticas exemplificam uma luta resistente de preservação e reapropriação da identidade cultural, por estarem envoltas na possibilidade de ocupar o espaço de cidadania, pela apropriação positiva do território ocupado e pelo fortalecimento da identidade cultural de ser cidadão, e assim, influenciarem a construção da subjetividade.

## REFERENCIAS

AROLA, R. L. *Casa não é lar: O abrigo como contexto de desenvolvimento psicológico*. São Paulo: Salesiana, 2000.

BRASIL. Constituição (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988. 168p.

\_\_\_\_\_. *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Lei no 8.242, de 12 de outubro de 1991

BOURDIEU, P. *O poder simbólico. Memória e sociedade*. Lisboa: Difel, 1998.

CAPELATO, Maria Helena R.. *Imprensa e História no Brasil*. São Paulo: Contexto/EdUSP, 1988.

CARVALHO, A. M. *Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: Possibilidades e limites*. In: LORDELO, E. R., CARVALHO, A. M. & KOLLER, S. H. (Orgs.). *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Bertrand, 1990.

DIEHL, Astor Antônio. *Memória e Identidade: perspectivas para a história*. In: DIEHL. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DOLTO, Françoise. *Destinos de Criança: adoção, famílias de acolhimento, trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1999.

HALL, Stuart. *A questão da Identidade Cultural*. 2ª ed. Textos Didáticos IFCH/UNICAMP, N.º 18, Fevereiro de 1998.

HOBSBAWM, Eric. *Não basta a História de identidade*. In: HOBSBAWM, *Sobre a História*. SP: Companhia das Letras, 1998.

LAURETIS, Teresa. "A tecnologia de gênero". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.

LORDELO, E. R., CARVALHO, A. M. & KOLLER, S. H. (Orgs.). *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

LOPES, Jader Janer M.; VASCONCELLOS, Tânia de. *Geografia da Infância*. Reflexões sobre uma área de pesquisa. Juiz de Fora: FEME, 2005.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1985.

POLACK, Michel. *Memória e Identidade social*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p.200-212.

SILVA, Roberto da. *Direito do menor x Direito da criança*. Disponível em: [www.neofito.com.br](http://www.neofito.com.br). Acesso em 20 de julho de 2012.

SILVA, Alcione Leite (org). *Falas do Gênero: Teorias, Análises e leituras*. Florianópolis, ED. Mulheres, 1999.

SOIHET, Rachel. *Enfoques feministas e a História: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Tempos.1997

RIZZINI, I. &RIZZINI, I. *A Institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios presentes*. Rio de Janeiro: PUC, 2004.